

A EDUCAÇÃO PARAGUAIA: QUATRO MARCOS HISTÓRICOS DECISIVOS

LA EDUCACIÓN PARAGUAYA: CUATRO HITOS HISTÓRICOS

DECISIVOS PARAGUAYAN EDUCATION: FOUR DECISIVE HISTORIC POINTS.

Patricia Simone Roesler¹

Resumo: O propósito deste artigo é registrar a trajetória da educação do Paraguai destacando seus principais marcos históricos, assim organizado em quatro partes, a saber. Na primeira, tecemos considerações sobre a educação no período colonial, entendido como uma das primeiras iniciativas educacionais estabelecidas no país. Na segunda, apresentamos ponderações acerca da realidade educacional da nação mediante o advento da república em 1811, que estabelece o período independente, até a guerra do Paraguai iniciada em 1864. Na terceira, registramos o processo de reconstrução nacional da nação paraguaia e as iniciativas estabelecidas para a materialização das escolas públicas e privadas no contexto do pós-guerra do Paraguai. Para finalizar, abordamos o processo de democratização da sociedade paraguaia que culmina, no setor educacional, com a reforma de 1994, que por sua vez, se materializou na Lei 12.64/98, assim, organizando os princípios meios e fins da educação nacional. A elaboração do trabalho está fundamentada em fontes primárias, constituídas pelos documentos legais característicos dos momentos indicados e nas fontes secundárias representadas pelas bibliografias já produzidas sobre a história da educação paraguaia.

Palavras-chaves: Educação, Paraguai, História.

Resumen: El propósito de este artículo es registrar la trayectoria de la educación Paraguaya destacando sus principales hitos históricos, así organizados en cuatro partes. La primera, tejemos consideraciones sobre la educación en el periodo colonial, comprendido como una de las primeras iniciativas educacionales establecida en el país. La segunda, presenta ponderaciones acerca de la realidad educacional de la nación por advenimiento de la república en 1811, que establece el periodo independiente, hasta la guerra del Paraguay en 1864. La tercera, registramos el proceso de reconstrucción nacional de la nación Paraguaya y las iniciativas establecidas para una materialización de las escuelas públicas y privadas en el escenario posguerra del Paraguay. Para finalizar abordamos el proceso de la democratización de la sociedad Paraguaya que llegó, en el sector educacional, con la reforma de 1994, que por su vez, se materializo en la ley 12.64/98, así que, organizado los principios, el medio y fin de la educación nacional. La elaboración del trabajo está basada en fuentes primarias, constituida por documentos legítimos característicos de los momentos indicados y en las fuentes secundarias representadas por las bibliografías ya hechas sobre la historia de la educación Paraguaya.

Palabras clave: Educación, Paraguay, Historia

Abstract: The aim of this article is to record the trajectory of Paraguayan education highlighting the main historic points, here organized in four parts. On the first topic, we developed considerations about the education during the colonial period, understood as one of the first educational initiative established in this country. On the second part, we submitted reflections about the national educational reality front the advent of republic in 1811, which defined the independent period, until the Paraguayan war, begun in 1864. Third, we had logged the national reconstruction process of Paraguayan nation and the established initiatives for public and private schools materialization in post-Paraguayan war context. In order to finish the discussion, we approached the democratic process of Paraguayan society which reached, in educational perspective, with the political reforms in 1994, that in its turn, obtained the law number 12.63/98, this, organizing the beginning, middle and end of national education. The elaboration of this work is founded on primary sources, represented by legal documents typical of indicated moments and on secondary sources, based on bibliography already developed about Paraguayan education.

Keywords: Education, Paraguayan, History.

Introdução

A análise da educação paraguaia, mediante os quatro marcos históricos decisivos, que realizamos neste artigo, é parte da dissertação de mestrado intitulada: A reforma educacional paraguaia de 1994, defendida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. A abordagem parte do pressuposto que a educação é resultado das múltiplas relações sociais, assim, não deve ser compreendida dissociada da sociedade e sim em sua relação social. Nesta direção, entendemos que, tendo em vista a essencialidade do funcionamento e organização da sociedade em geral e, particularmente da sociedade capitalista, a história da educação paraguaia acompanhou as demandas de desenvolvimento econômico, político e social da sociedade, ainda que com algumas especificidades advindas das condições materiais existentes no país em cada contexto histórico.

O presente artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, tecemos considerações sobre a educação no período colonial, interpretada como a primeira iniciativa educacional do país, ainda que mediante sistematização espanhola. Na segunda, apresentamos ponderações acerca da realidade educacional mediante o advento da república em 1811, que estabelece o período independente, até a guerra do Paraguai iniciada em 1864. Na terceira, registramos o processo de reconstrução nacional da sociedade paraguaia e as iniciativas estabelecidas para a materialização das escolas públicas e privadas no contexto do pós-guerra do Paraguai. Para finalizar, abordamos o processo de democratização da nação paraguaia que culmina, no setor educacional, com a reforma de 1994, materializada na Lei 12.64/98, que à nossa interpretação, é elemento central para compreender a organização da educação paraguaia no tempo presente.

Notadamente, países como Brasil, Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai, exemplos de nações que compõem a região da América do Sul, são conhecidos e percebidos, majoritariamente, pela sua atualidade, complexidade e quase integralidade de seus territórios. No entanto, a realidade não é a mesma quando analisamos o conhecimento acerca do Paraguai, que em grande medida, é registrado e difundido, na ótica dos estrangeiros, mediante informações fragmentadas. Souchaud, (2011), exemplifica esse fato por meio da concepção que repousa no Brasil sobre a nação paraguaia, que de modo geral, reconhece as seguintes características: o Paraguai é um país conservador, atrasado, pobre, marcado pelo autoritarismo, conhecido pelas transações comerciais de turismo e de compras, o que lhe confere a atribuição relacionada ao ilícito e a falsificação, ainda, questões como a ilegalidade, o contrabando e a violência remanescente, advindas a priori da realidade da fronteira, são recorrentes.

É importante lembrar que os elementos supramencionados se constituem em fatos concretos e materializados na sociedade paraguaia, no entanto vale advertir, que essas são situações isoladas, em contextos e localidades específicas, que erroneamente, estão sendo interpretadas como realidades de todo o território paraguaio. Em síntese, percebemos que a imagem do Paraguai afora foi construída, sobretudo, por meio de generalizações de situações locais, limitadas em termos de espaço e populações envolvidas e esse fato impossibilita, em grande medida, o reconhecimento da realidade do Paraguai em sua totalidade.

Conhecer uma nação em sua totalidade prescinde ultrapassar fronteiras, suplantar as relações midiáticas, exceder conceitos estereotipados, superar preceitos, avaliar elementos da história presente e passada, analisar dados macros e micros e articulá-los. Com este objetivo registramos, a seguir, algumas especificidades do país, objetivando, a priori, ampliar o conhecimento sobre esta nação.

A Carta Constitucional de 1992, lei que regula e organiza o funcionamento do Estado paraguaio, configura o país como uma república livre e independente, que se compõe em Estado de direito, unitário², indivisível e descentralizado³. Adota a democracia representativa, participativa e pluralista.

A república do Paraguai é um país com população aproximada em seis milhões e meio de habitantes, constituído por 17 estados, a geografia física confere ao país uma organização social e econômica diferenciada, pois o Rio Paraguai divide a nação em duas regiões distintas, denominadas e conhecidas como oriental e ocidental,⁴ o Estado paraguaio está localizado no centro da América do Sul, é um país mediterrâneo e é a única nação da América Latina que reconhece oficialmente o bilinguismo.⁵

A luta pela posse de terra faz parte da história do Paraguai, haja vista que a sociedade paraguaia possui a distribuição de terras mais desigual do continente, legado do período colonial, que se intensificou com o fim da guerra da Tríplice Aliança.⁶ O Paraguai tem uma economia predominantemente agrícola, possui significativas taxas de pobreza, de desemprego e uma alta taxa de desenvolvimento da população.

O setor da pecuária ocupa 16,5 milhões de hectares, dividindo o espaço com a produção da soja que se expande no país, colocando a nação como quarto exportador mundial desse produto. (CORONEL, 2011).

Estudos recentes registram que 19% do território nacional está sob o controle direto ou indireto de empresas, de corporações ou de estrangeiros. Denotam-se estratégias de dominação que permitem a posse do território paraguaio por vias legais⁷. (GLAUSER, 2009).

As especificidades supramencionadas sobre a sociedade paraguaia, embora pontuais e específicas, se constituem como questões relevantes; se configuram como ponto de partida para superar o conhecimento fragmentado difundido sobre a nação paraguaia. Se a educação, conforme nos ensina Saviani (2005) é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens, as características elencadas se configuram como elementos interpretativos sobre os quatro marcos históricos decisivos da educação paraguaia que nos propomos a examinar neste artigo.

A educação no período colonial

O primeiro marco histórico decisivo da educação paraguaia refere-se ao período colonial. Esta atribuição advém da interpretação que a gênese da educação do Paraguai deve ser compreendida por meio das iniciativas estabelecidas no contexto da colonização do país, mesmo tendo a clareza que a sistematização desse processo foi realizada pelos espanhóis e para atendê-los. As iniciativas educacionais estabelecidas no período de dominação espanhola sobre o território paraguaio formaram as bases para o desenvolvimento educacional no período independente.

A história da humanidade é a história da luta de interesses antagônicos entre os homens, os países e os Estados, aonde o mais poderoso, politicamente, economicamente e militarmente, impõe sua supremacia sobre o mais vulnerável. Galeano (1971) adverte que a divisão internacional do trabalho estabelece, de um lado, nações especialistas em ganhar, e de outro, as especialistas em perder. A América latina, nessa perspectiva, desde os tempos remotos, se especializou em perder, haja vista que o continente americano foi colonizado dentro do processo da expansão do capital comercial europeu. Seguindo essa tendência geral, o Paraguai, mesmo sem possuir o ouro e prata em seu território, não se isentou da colonização e exploração espanhola. Assim, discutir a educação no período colonial é ter a clareza de um contexto histórico marcado pela divergência de interesses entre os nativos do território paraguaio e os colonizadores espanhóis.

Os religiosos foram os principais mentores intelectuais da colônia, assim, participaram de todo o processo de formação sociocultural e política da nação. Os grupos religiosos, mercedários, jerônimos, franciscanos, dominicanos e jesuítas, trabalhavam na incorporação da população nativa à vida civilizada. Isto ocorreu por meio da catequização, da educação, da organização familiar e alguma instrução artesanal e de ofício. A educação de primeiras letras dependia da remota possibilidade de encontrar professores que dominavam o espanhol e o guarani, pois esse último era o idioma exclusivo utilizado pelos índios. Cabe mencionar que nesse período a educação era permitida somente para os homens, enquanto que as mulheres cresciam analfabetas, apenas com instrução religiosa e trabalho doméstico⁸ (BENÍTEZ, 1981).

No período colonial, a educação primava em conhecimentos como ler, escrever, contar, religião e artesanato. Caracterizava-se pela escassez de professores, de materiais escolares e de recursos financeiros. As cátedras livres e o colégio Carolino foram as mais profícuas realidades educativas do período. Os estudos universitários eram realizados, principalmente, em Córdoba, em Charcas, em Lima e em Santiago, no Chile, o que proporcionou a alguns paraguaios o conhecimento das ideias que dominavam a Europa do século XVIII, representadas principalmente nas obras de Locke, de Montesquieu, de Rousseau, de Voltaire entre outros filósofos. (BENÍTEZ, 1981).

Os colonizadores não se preocuparam, a priori, com o desenvolvimento da cultura dos nativos paraguaios. As poucas escolas estabelecidas, em sua maioria privadas, funcionavam em casas particulares de professores, as quais utilizavam como textos de ensino o catecismo da doutrina cristã. A cultura espanhola não se difundiu no Paraguai por meio da educação sistematizada, mas pelo processo de doutrinação dos indígenas, majoritariamente, na rude vida diária do trabalho produtivo. Esse período nos confere compreender que a gênese da história educacional do Paraguai foi marcada pela miséria cultural e sujeição do povo paraguaio aos interesses da colônia.

A colonização paraguaia foi marcada pelo poder e pela dominação de interesses estrangeiros, a priori, espanhol, explicado pela condição de colônia a que estava submetido o país. Pode-se dizer que se confere a esse contexto a primeira forma de interferência estrangeira no desenvolvimento da sociedade e da educação paraguaia, em que a educação estava reduzida aos interesses dos governadores e das ordens religiosas oriundas da Espanha, pois se tratava de uma combinação entre propagação da fé cristã e a

usurpação das riquezas nativas. Isto expressa que espada e cruz marchavam juntas na conquista e na espoliação colonial para, em última instância, atender às necessidades dos paraguaios.

O período independente da república do Paraguai e as iniciativas educacionais

O segundo marco histórico decisivo da educação do Paraguai refere-se ao ano de 1811, data da proclamação da república, até meados de 1864, ano do início da Guerra do Paraguai.⁹ Esse período foi escolhido como marco decisivo, pois permite compreender os avanços e retrocessos históricos do país, sobretudo, pois o desenvolvimento do Paraguai nessa época é distinto dos demais países da América do Sul.

Em 1811 foi proclamada a independência do Paraguai. A luta emancipadora do país se inseriu no movimento de independência liderado por Bolívar, San Martín e Sucre. Cabe mencionar, que o processo de independência paraguaia se diferiu do restante do continente, pois o país estabeleceu a sua autonomia enquanto nação, haja vista que os demais Estados coloniais formaram um novo colonialismo após a independência (CORONEL, 2011). Com o advento da república, o Paraguai se libertou do absolutismo espanhol e também liquidou a burguesia como classe emergente, fato que lhe conferiu um desenvolvimento econômico, político e social diferenciado no período das primeiras repúblicas.

Proclamada a independência, o primeiro governador do Paraguai foi José Gaspar Rodríguez de Francia, o qual permaneceu no poder por aproximadamente vinte e cinco anos. Sua política esteve voltada para a construção de um Estado paternalista e popular. Diz-se paternalista em decorrência do poder absoluto exercido sobre todas as atividades estatais, e popular devido ao caráter igualitário voltado às necessidades do trabalhador. O governo primava o desenvolvimento econômico e a acumulação de riquezas, porém, sem capitalistas ou classe hegemônica. (CORONEL, 2011).

O governo de José Gaspar Rodríguez de Francia atendeu, em alguma medida, a instrução elementar como o alfabetizar, o ler, o escrever e o contar. No entanto, a educação média e a superior não se constituíram como prioridades desse governo, haja vista que a maioria das iniciativas registradas foram de caráter privado. A leitura e a escrita era de domínio da grande maioria da população, fato ausente em muitas nações daquela época, assim, era motivo de admiração dos estrangeiros que passavam pelo país. (ALMADA, 1974).

O Estado Paraguaio se desenvolvia como uma exceção na América Latina. Era o único país que o capital estrangeiro não havia conseguido influenciar os modos das relações sociais. O longo governo de José Gaspar Rodríguez de Francia estabeleceu um desenvolvimento econômico autônomo e sustentável. Consistia em um Estado onipotente e paternalista que orientava e organizava os recursos e os destinos do país sem a existência de uma burguesia nacional. Era o único país da América Latina que não possuía mendigos, fome, ladrões e praticamente não havia analfabetos. O comércio exterior não configurava o eixo principal da sociedade. Acredita-se que a inexistência de uma oligarquia favoreceu as condições econômicas fundamentais sob o poder do Estado para o estabelecimento de uma política desenvolvimentista independente. (GALEANO, 1971).

Os governos de Carlos Antonio López e de Francisco Solano López, posteriores ao governo de José Gaspar Rodríguez de Francia, continuaram a fortalecer o desenvolvimento do país, uma vez que o crescimento, sobretudo, econômico, estava em ascensão. Prova disso é a existência de uma linha telegráfica, de uma ferrovia, de significativa quantidade de fábricas de materiais de construção, de tecidos, de lençóis, de papel, de tinta, de pólvora, de louça, dentre outros, e também a contribuição de técnicos estrangeiros na prestação de serviço para a inserção de tecnologias para o desenvolvimento interno do país. (GALEANO, 1971).

Cabe destacar que o Estado paraguaio praticava um protecionismo sobre a indústria nacional e o mercado interno, fator que concerne uma especificidade ao Paraguai quando comparado às relações de comércio estabelecidas entre a Europa e os outros países da região da América Latina naquela ocasião, pois os rios do interior paraguaio não estavam à disposição da navegação britânica como aconteciam com as outras nações latino-americanas. A sociedade paraguaia era denominada e conhecida como a mais progressista da América Latina nesse período, tendo em vista que se construía, se desenvolvia, se fortalecia e crescia economicamente sem investimentos estrangeiros, sem empréstimos do banco inglês e sem a dependência do mercado mundial. É preciso dizer que essa realidade não agradava a hegemonia inglesa vigente. (GALEANO, 1971).

Em linhas gerais as condições materiais para o desenvolvimento educativo do país estavam dadas. Entretanto, não é possível registrar um sistema educacional consolidado. Cabe mencionar que existiam iniciativas de desenvolvimento em todos os níveis educacionais. O ensino primário obrigatório e gratuito alcançou grande impulso, embora houvesse a restrição do acesso para as meninas. A educação se caracterizava em princípios de obediência, respeito às autoridades, reverência a Deus e exacerbação da pátria. Registra-se a existência de aproximadamente 435 escolas, contabilizando 16.555 alunos sem contar as escolas particulares. Em toda a aldeia, os primeiros três edifícios construídos pelo Estado eram a escola, a igreja e o comando militar, sempre localizados em frente à praça, o que pressupõe a estreita relação entre as três instituições. (CARDOSO, 2007).

É nessa época que aparecem os jornais, as revistas, a composição do hino nacional, a criação de símbolos nacionais, o impulso às artes, a oportunidade para estudar na Europa, o estabelecimento da reponsabilidade do Estado e dos pais de família perante às escolas, a habilitação de instituições escolares, o surgimento de uma escola normal. A escola era um meio para ensinar a formação moral, espiritual, a obediência e a disciplina. (CARDOSO, 2007).

Se o comércio exterior não configurava o eixo principal da sociedade e a nação se fortalecia e crescia economicamente sem investimentos estrangeiros, sem empréstimos do banco inglês e sem a dependência do mercado mundial, compreendemos que esse período se caracterizou pela ausência de ativos externos significativos. Isto significa que o Paraguai possuía autonomia sobre a sua política, a sua economia e as suas ações sociais, assim, registrava uma história de desenvolvimento em ascensão distinta dos demais países vizinhos.

A política econômica autônoma, sustentável e moderna, que caracterizava a sociedade paraguaia até meados dos anos de 1864, assumiu novos direcionamentos com o advento da Guerra do Paraguai.

Esse conflito bélico conformado mediante a aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, e Paraguai do outro, resultou na aniquilação da sociedade paraguaia mediante a sua derrota no campo de batalha.

A sociedade paraguaia no contexto pós-guerra do Paraguai.

O terceiro marco histórico decisivo da história da educação paraguaia refere-se ao contexto do pós-guerra do Paraguai, pois compreendemos que a realidade que subsistia caracterizada pelo êxito do desenvolvimento econômico, político e social, assumiu novos direcionamentos, pois a realidade progressista desapareceu ao término do conflito. Grande parte da historiografia sobre a história do Paraguai registra que o ato de historiar sobre o país pode ser contemplado em dois momentos capitais: o antes e o pós-guerra iniciada em dezembro de 1864.

Para a compreensão desse terceiro marco decisivo da história da educação paraguaia, destacamos quatro momentos. Primeiramente, mencionamos as primeiras iniciativas educacionais no contexto do pós-guerra que foi marcada pela interferência da Argentina. Depois, enfatizamos a reforma educacional de 1924, interpretada como uma nova tendência para o setor educacional. Em seguida, registramos a reforma de 1957 que estabeleceu alterações no setor. Para finalizar esse período, elencamos a reforma de 1973, que no contexto do regime militar, estabeleceu uma nova reestruturação da educação.

A Guerra do Paraguai foi um conflito bélico ocorrido entre os anos de 1864 até 1870. Foi causada, em sua essência, por questões políticas oriundas de causas primordiais, de caráter econômico. A Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, se constituía em aliados do capital inglês, que tiveram sua estrutura de expansão negada pelo Paraguai. Com isso, questões de limites de fronteiras entre os países e as reivindicações territoriais da Argentina e do Brasil só contribuíram com as justificativas para iniciar um conflito bélico, pois a guerra se configurou como instrumento de desestabilização econômica e política da região rio-pratense, a priori, para a dominação do Cone Sul, em especial, a submissão econômica paraguaia pela Inglaterra. (CHIAVENATO, 2011).

O resultado do conflito, com a derrota do Paraguai, ocasionou na sociedade paraguaia um caos econômico, graves desordens do âmbito político e social, instituições educacionais totalmente desarticuladas e um país destruído. Segundo Krauer (2008), a guerra frustrou a primeira tentativa do Paraguai em se modernizar, se desenvolver e se integrar regionalmente e mundialmente, além disso, implicou um retrocesso de décadas de desenvolvimento sob todos os aspectos. Assim, era necessário iniciar a reconstrução social da nação.

O advento da guerra se configurou como um marco de inserção do capitalismo mundial de forma generalizada no território paraguaio. A partir desse momento, as políticas nacionais guaranis, anteriormente independentes política e economicamente, foram reorganizadas em consonância com os interesses hegemônicos da Inglaterra, dos Estados Unidos e de potências sul-americanas como Argentina e Brasil, ou seja, estavam dadas as condições para o estabelecimento da dependência, da submissão e da diminuição da soberania nacional. (VILLAGRA, 2011).

Sob esses condicionantes, o desenvolvimento do setor educacional do Paraguai passou a se estruturar em função dos interesses da civilização ocidental e cristã, sendo a Argentina, colônia comercial inglesa, a nação que oferecia ao Paraguai as orientações educacionais. A educação paraguaia se transformou na réplica da argentina, caracterizada pelo enciclopedismo. Os centros educativos paraguaios eram instituições de repressão a toda manifestação de cultura nacional e o idioma guarani, língua da maioria da população, estava proibido, pois exaltava-se a cultura advinda de Buenos Aires e de Londres por meio da adoção de planos e de programas dos respectivos países em restrição às necessidades internas do povo paraguaio ¹⁰. (ALMADA, 1974).

O setor educacional paraguaio é marcado por reformas de distintas amplitudes. Denotam-se as parciais, direcionadas para determinado nível educacional como a de 1904¹¹ e de 1931, e as abrangentes, que abarcaram mudanças integrais, reestruturando todo o setor educacional paraguaio, como é o caso das reformas de 1924, de 1957, de 1973 e de 1994.

Em tempos em que a educação paraguaia estava reduzida a métodos franceses, europeus, adotados na Argentina e incorporados ao Paraguai e se restringia a uma extensão do setor primário argentino ao utilizar os mesmos programas e livros, foi estabelecida a primeira reforma integral da educação paraguaia. Datada de 1924, sob os pressupostos de Ramón I. Cardoso, que se inspirava nas propostas pedagógicas de William James, John Dewey, Ovidio Decroly e Adolfo Ferriere, contemplou reestruturações nos níveis elementares e normais. Estava orientada por meio das atividades socioeconômicas, nos ideais de liberdade, no progresso e no bem comum. (BENÍTEZ, 1981).

A reforma educativa de 1924 teve influência da pedagogia de Pestalozzi, que inspirou Ramón I. Cardozo a escrever os primeiros textos pedagógicos nacionais para as escolas primárias paraguaias, conhecidos, mais adiante, como os livros □ El Paraguaio I, II, III. (DOMÍNGUEZ, 2013).

Resumidamente, tratava-se de uma didática em que a prioridade era a aprendizagem por meio da iniciativa do aluno ao potencializar sua liberdade, atividade e autonomia. Os docentes se constituíam em um recurso nesse processo. Essa tendência surgiu para superar a didática da escola tradicional e introduzir métodos ativos na educação que teve incidência direta na elaboração dos conteúdos curriculares. (DOMÍNGUEZ, 2013).

Em 1931 foi implementado um novo plano de estudos para o Bacharel, mantendo as linhas gerais do Plano Franco, estabelecido por meio da reforma de 1904, no que diz respeito às disciplinas. A diferença está na inclusão de um ciclo de cinco anos e de um curso preparatório para a universidade de um ano com carga horária reduzida de aula nesse último ano. A iniciativa mais importante desse período foi a organização da formação docente, o magistério - o que possibilitou o surgimento das escolas Normais. Em 1933 foi aprovado um plano de estudos para as escolas normais, elaborado por Ramón Indalécio Cardozo. (JICA, 2004).

O contexto de reforma educacional e o plano de escola Ativa elaborado por Ramón Indalecio Cardoso foi interrompido pela Guerra do Chaco¹². Embora Ramón Indalecio Cardozo tivesse a conscientização da existência da dependência cultural do Paraguai à Argentina, não formulou, naquela ocasião, uma pedagogia paraguaia autêntica, pois se incorporou nos pressupostos da Europa burguesa ao

sugerir a filosofia da Escola ativa, iludido que poderia iniciar uma emancipação do setor educacional da nação guarani. (ALMADA, 1971).

Uma ponderação sobre a configuração que a educação incorporou posteriormente à guerra da Tríplice Aliança, em poucas palavras, poderia ser traduzida pela supremacia de pressupostos argentinos orientados pela hegemonia inglesa. Notadamente, o Paraguai se desenvolvia e se organizava mediante orientações externas, pois a posição de autonomia, de independência e de soberania nacional foi destruída pela guerra, uma vez que se tornou um marco para a inserção internacional nas relações de poder do país. Uma expressão da submissão e da perda de soberania é a proibição do idioma guarani, língua materna de grande parte da população, que foi negada nos espaços escolares. Também a denegação de toda cultura nacional para a exaltação dos costumes de Londres.

A educação paraguaia, até o fim da década de 1960, seguia mantendo grande parte de suas características históricas, ou seja, um forte predomínio das escolas localizadas em zonas rurais ou semiurbanas, altas taxas de repetência, evasão, diferença de qualidade educativa entre as escolas rurais e urbanas, limitada cobertura do ensino médio, alta concentração de recursos na capital, diferença por gênero no acesso e retenção na escola, forte proporção de profissionais não qualificados e escassa atenção às modalidades linguísticas da população escolar. Essas características respondiam aos condicionamentos de ordem estrutural, como o caráter marcadamente agrário do sistema produtivo, o lento crescimento urbano, e a dinâmica fortemente centralizadora de Assunção, dentre outros. (RIVAROLA, 2000).

Em 1954 se estabeleceu no país o regime militar mediante o governo do General Alfredo Stroessner. O setor educacional nesse contexto estava alinhado sob os direcionamentos de organismos de cooperação internacional, tais como: USAID¹³, BIRD¹⁴, OEA¹⁵ e BID¹⁶. Notadamente, desde a década de 1960, intensificaram-se no Paraguai os programas de cooperação educacional e, naturalmente, foram assumidos as orientações e os posicionamentos de tais organismos. Manter como políticas nacionais ativas a cooperação internacional significava, para o governo paraguaio, estender a capacidade clientelista e também a base de legitimação governamental. (RIVAROLA 2000).

Como exemplo ilustrativo das influências externas no setor educacional paraguaio, cabe mencionar a reforma educacional instituída em 1957 quando entrou em vigor um novo plano de educação de autoria de Emilio Uzcátegui, pertencente a UNESCO¹⁷. Com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Serviço Cooperativo Americano de Educação (SCIDE), o ensino paraguaio foi organizado com seis graus de estudos primários, três cursos básicos e três de Bacharel, ou seja, uma sequência 6-3-3. Esta reforma incluiu a elaboração de programas e planos de atividades de estudos para todos os níveis de educação formal. (JICA, 2004).

No que diz respeito à formação docente, foi aprovado um plano de estudos para as escolas normais em todo o país e criadas as escolas normais rurais e normais urbanas. Por meio de um convênio entre o Paraguai e os Estados Unidos foi construída a sede da escola Rural experimental na cidade de San Lorenzo. Essa escola que esteve a cargo do Serviço Cooperativo Americano de Educação (SCIDE) teve uma organização escolar que se converteu em uma escola piloto de formação profissional de cinco anos

para obter o título de professor rural. Posteriormente, a escola se converteu no Centro Regional de San Lorenzo. (JICA, 2004).

Em decorrência da construção da hidrelétrica de Itaipu, em 1973, ocorreu a aceleração das relações capitalistas de produção no Paraguai. Foram criados bancos, financeiras, empresas imobiliárias e, nas proximidades da hidrelétrica de Itaipu, empresas ligadas a indústrias de construção. O aquecimento econômico gerado pela construção da represa de Itaipu contribuiu para o Paraguai elevar seu status de país com ingressos médios na escala do Banco Mundial. (CORONEL, et al, 2012)

Foi durante esse período de efervescência econômica que se estabeleceu uma nova reforma educacional. Em 1968 a educação paraguaia foi diagnosticada pela evasão, pela repetência, pelas escolas incompletas, pela carência do conteúdo programático às necessidades regionais, pela metodologia obsoleta, pela formação docente insuficiente, pelos espaços escolares debilitados, pela carência de materiais didáticos e pela necessidade de um ensino que preparasse para o mercado de trabalho. Assim, foi constituída uma comissão encarregada de elaborar projetos para a educação primária, secundária, formação docente de ambos os níveis, renovação administrativa e do currículo¹⁸. Cabe destacar que foram realizados empréstimos do AID¹⁹ e do Banco Mundial para a execução das medidas previstas no procedimento reformista, fazendo parte do Plano de desenvolvimento Educacional 1970-1980. (BENÍTEZ, 1981).

Os planos adotados por meio do estabelecimento da reforma educativa que se implementaram na prática escolar em 1973 estiveram vigentes até o final do governo de Stroessner (1989) entrando em revisão a partir da transição democrática e a atual reforma de 1994 (JICA, 2004).

Tanto no plano educacional como nos planos econômicos e políticos é possível identificar interferências estadunidenses, sobretudo, por meio de empréstimos, o que contribui para o endividamento do país e para a sua posição submissa às orientações impostas como condição para o estabelecimento das subvenções financeiras. Reconhece-se o papel do governo estadunidense no assessoramento e na manutenção da ditadura militar do general Alfredo Stroessner no período de 1954 a 1989, baseado no plano Condor²⁰, e executado, em grande parte do continente, para reprimir os posicionamentos ideológicos e políticos contrários aos interesses hegemônicos. (IRALA; CORONEL, 2012).

A democratização da sociedade paraguaia e a reforma educacional de 1994

O quarto marco histórico decisivo da história da educação paraguaia refere-se ao processo de transição democrática do país, pois as alterações conjunturais desse contexto, que foram de ordem política, econômica e social, consubstanciaram mudanças na educação, as quais se expressaram por meio da reforma educacional de 1994, procedimento que reestruturou todos os níveis educacionais, estabeleceu revisões curriculares, pedagógicas, administrativas, de gestão e investimentos estruturais.

Em meados dos anos de 1980 e 1990, no contexto global, emergia a efervescência política, ideológica, social e econômica decorrente da queda do muro de Berlim, do fim da Guerra fria, da dissolução da União Soviética e dos avanços dos ideais neoliberais materializados pelas reformas de

Estado na América Latina²¹. No Paraguai, vivia-se um movimento relativamente impulsionado pela conjuntura mundial expressa pelo fim da ditadura militar,²² pela transição democrática e pela integralização dos pressupostos das reformas estatais.

O Paraguai se integrou ao movimento de reformas principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, aplicando a maior parte do receituário das reformas sugeridas pelo Consenso de Washington, em primeira instância, de ordem econômica. Os procedimentos reformistas desencadearam inúmeras medidas em todos os planos sociais. As reformas estavam fundamentadas em um repensar sobre o funcionamento e papel do Estado, sobre o manejo do aparato governamental, sobre as formas e os níveis de participação da sociedade nas questões públicas, dentre outros fatores.

A educação como parte da estrutura do Estado também foi reformada. No campo internacional, os interesses dos organismos de cooperação financeira impulsionaram o projeto de reforma educativa. Entre as primeiras iniciativas estabelecidas para iniciar a reforma educacional de 1994 cabe mencionar a responsabilidade que o Ministério da Educação atribuiu ao Instituto de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard (HIID) e ao Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) para a realização de um diagnóstico sobre a situação da educação paraguaia e, posteriormente, a elaboração de uma proposta de políticas para iniciar uma reforma.²³

O resultado do diagnóstico registrou: altas taxas de analfabetismo, de evasão escolar e de repetência; ainda destacou o currículo obsoleto, a precária estrutura dos espaços escolares, a fragilidades dos programas de formação docente, a necessidade de atender a característica linguística de uma educação bilíngue que adotasse o guarani e o castelhano nos espaços escolares em decorrência da formação cultural da nação, também, enfatizou a necessidade de ajustar o pressuposto orçamentário do setor, organizar a estrutura administrativa do MEC, melhorar os sistemas de avaliação e a precisão de integrar a política e a economia da nação em conformidade com os países da região da América Latina.

Diante das condições objetivas das limitações do setor educacional foi elaborado um documento intitulado: *Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de política y estrategia para su reforma*. Este documento registrou a proposta de reforma da educação, assim, contemplou revisões em questões atinentes como: os desafios do MERCOSUL e a educação, a educação básica, a educação média, a formação docente, a avaliação, a educação superior, a educação de adultos, a educação bilíngue, a administração do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a centralização e o currículo.

Os pressupostos orientadores da proposta da reforma educacional de 1994 se materializaram na Lei Geral da educação 12.64/98, que por sua vez estabelece os princípios, os valores, as estruturas administrativas e institucionais, os meios e os recursos educacionais da nação. Por meio dessa legislação, a educação formal do Paraguai está estruturada em três níveis: o primeiro corresponde à educação inicial e à educação escolar básica, o segundo se constitui pela educação média e o terceiro compreende o ensino superior. O primeiro nível é constituído pela educação inicial que compreende dois momentos, um que se estende até os três anos e o outro até os quatro anos. Também conforma esse nível a educação escolar básica que é organizada em nove anos, obrigatória e gratuita nas escolas públicas com a inclusão do pré-escolar.

Os objetivos da educação escolar básica se constituem na erradicação do analfabetismo, na aquisição da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo, da resolução de problemas e da criticidade. Ainda, deve desenvolver as atitudes, promover o respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e a busca do bem comum. Também deve ser acessível pelas pessoas que estão encarceradas (PARAGUAY, 1998).

O segundo nível corresponde à educação média, que compreende o bacharel ou a formação profissional e se constitui por três cursos acadêmicos. Tem como objetivo a incorporação do aluno na vida social, no trabalho produtivo e no acesso à educação superior. Sua duração é de três anos e, ao final desse nível, o aluno terá a idade mínima de 17 anos. (PARAGUAY, 1998).

A educação superior corresponde ao terceiro nível e estabelece seus próprios estatutos, as formas de governo, seus planos e programas de acordo com a política educativa nacional. Desenvolvem-se em universidades, em instituição de formação profissional e em institutos superiores.

Sinteticamente, a legislação educacional paraguaia apresenta informações correspondentes aos direitos, às obrigações e às garantias educacionais, tanto por parte do Estado como por parte dos educandos, dos educadores, dos pais e dos tutores. Explicita sobre o objeto da lei, as suas responsabilidades, os seus objetivos, conceitos, fins, princípios e as modalidades de ensino com as suas respectivas organizações e finalidades por nível. Informa, ainda, sobre a política educativa, a forma de administração do Ministério da Educação e Cultura e os recursos estatais de financiamento para o setor educativo. Registra que o Conselho Nacional de Educação, juntamente com o MEC, são os órgãos responsáveis pelas políticas culturais e pela implementação, desenvolvimento e continuidade da reforma educativa estabelecida em 1994.

A constatação dos ativos externos na elaboração da reforma de 1994 conduz a afirmação de que falar da educação, seja da sua história ou de um recorte específico, não poderá deixar de ser a história que permeia o funcionamento da sociedade. Contudo, mesmo travando lutas distintas e estabelecendo medidas de graus e níveis diferentes na implementação das reformas de âmbito global, o Paraguai não foi excluído da organização e da imposição das ingerências externas.

Considerações finais

Ao apontarmos, nos limites deste artigo, os quatro marcos históricos decisivos da educação paraguaia, tivemos em vista evidenciar que a educação se desenvolve em consonância com as demandas de desenvolvimento da sociedade, pois ao mesmo tempo que percebemos que a sociedade paraguaia se desenvolveu mediante avanços e retrocessos, continuidades e descontinuidades, a educação se organizou para responder as exigências de cada contexto de acordo com as suas condições materiais existentes.

Historiar o Paraguai e a sua educação remete concluir que desde a sua origem o país foi marcado por meio de ativos externos, da hegemonia europeia à estadunidense, exceto nas primeiras repúblicas, pois nos governos de José Gaspar Rodrigues de Francia, de Carlos Antonio López e parte da administração de Francisco Solano López o Paraguai era conhecido pela ascensão política, econômica e

social, em especial, porque não dependia de empréstimos estrangeiros e ativos externos para se desenvolver.

O contexto progressista da sociedade paraguaia foi destruído em decorrência da derrota do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança, advento que configurou a inserção do capitalismo mundial de forma generalizada no território paraguaio. A partir desse momento, as políticas nacionais guaranis, anteriormente independentes política e economicamente, foram reorganizadas em consonância com os interesses hegemônicos da Inglaterra, dos Estados Unidos e de potências sul-americanas como Argentina e Brasil, ou seja, estavam dadas as condições para o estabelecimento da dependência, da submissão e da diminuição da soberania nacional.

A análise da história da educação paraguaia indica que as necessidades de desenvolvimento da sociedade geraram as condicionalidades para que a ingerência externa se constituísse presente nas relações sociais da nação. Essa realidade pode ser evidenciada, especialmente, quando identificamos os ativos externos nas principais reformas educacionais estabelecidas no país, com maior expressão, a de 1957, a de 1973 e a de 1994, todas planejadas e executadas por meio de investimentos de agências internacionais.

A história da sociedade paraguaia e da sua educação não se desenvolveu de forma isolada, ela se insere no conjunto do movimento mundial, e se difere especificamente, pois — a maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. (MARX; ENGELS, 2001, p.11).

Referências bibliográficas

ALMADA, M. **Paraguay: Educación y dependência**. Asunción: [s/ed.], 1974. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.355/pm.355.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de política y estrategia para su reforma. Asunción: Servilibro, 1993, p.157-186.

BENÍTEZ, G. Luis. **Historia de la educación paraguaya**. Assunción: Comumeros, 1981.

CARDOSO, Efraín. **Breve historia del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2007.

CARDOSO, Efraín. **La Guerra del Chaco**. Asunción: Servilibro, 2007.

CONSEJO ASESOR DE LA REFORMA EDUCATIVA (CARE): Reforma educativa, Compromiso de Todos, Informe de avance del consejo asesor de la reforma educativa. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura (MEC), 1992.

_____. El desafío educativo: Una propuesta para el diálogo sobre las oportunidades educativas en el Paraguay: Asunción: Ministerio de Educación y Cultura MEC, 1996.

_____. Paraguay 2020: Enfrentemos juntos el desafío educativo, Plan Estratégico de la Reforma Educativa. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura MEC, 1996.

CHIAVENATO, J. Julio. **La Guerra del Chaco**. Asunción: Comumeros, 1989.

CHIAVENATO, J. Julio. **Genocidio Americano: La Guerra del Paraguay**. Asunción: Comumeros, 2011.

CORONEL, Bernardo. **Breve interpretación marxista de la historia paraguaya (157-2011)**. Asunción: Arandurã, 2011.

CORONEL, Bernardo. López, héroe antiimperialista: ensayo histórico. **HISTEDBR On- Line**, Campinas, v.14, n. 59, p.03-23, out. 2014.

- CORONEL, Cristina et al. **Usaid en Paraguay**: La asistencia como estrategia de dominación. Assunción: Base is, 2012.
- CORONEL, Cristina. IRALA, Abel. **Paraguay**: respuestas del Estados a los conflictos sociales. Paraguay: SERPJ PY, 2012.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- GLAUCER, Marcos. **Estrangerización del território paraguaio**. Assunción: Base is, 2009.
- IRALA, Abel. **Los nuevos rostros de la militarización**. Paraguay: SERPAJ PY, 2009-2010.
- IRALA, Abel. Paraguay: **Base militar estadounidense una mirada a Mariscal Estigarribia, Chaco paraguayo**. Paraguay: SERPAJ PY, 2011.
- JICA, **Estudio y análisis del sector educativo en Paraguay, Informe final**. Japão: Instituto Desarrollo, 2004.
- KRAUER, J. C. Herken. La Historia Económica del Paraguay: Balance de Realizaciones y Desafíos. In: Ministério das relações exteriores. **I Encontro de Historiadores 200 Anos de Independência: Olhar o Futuro numa Perspectiva Sul- americana**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008, p.7-28.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins fontes, 2001.
- Plan Nacional de Educación 2024**. Hacia el centenario de la escuela nueva de Ramón Indalecio Cardoso. Asunción: Ministerio de Educación y Cultura, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.py>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- PARAGUAY. **Reforma educativa compromisso de todos, informe de avance del consejo asesor de la reforma educativa**. Assunción: Fundación Aliança, 1992.
- PARAGUAY. **Lei Geral da educação 1264**, de 21 de abril de 1998.
- PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en el Paraguay**. Assunción: Intercontinental, 2008.
- RIVAROLA, Domingo: La enseñanza media. In: REIMERS, Fernando (coordenador do projeto).
- SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **SciELO Brasil**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 131-153, janeiro-junho, 2011. Disponível em< <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292011000100006>>. Acesso: 02 jul. 2014.
- VILLAGRA, R. Luis: Las reformas neoliberales de primera y segunda generación en el Paraguay. In: VILLAGRA, Luis Rojas (compilador). **La economía paraguaya bajo el orden liberal**. Assunción: Arandurã, 2011, p.13-48.

Notas:

- ¹ Professora do colegiado de pedagogia da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido do Rondon, Isepe Rondon e integrante do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná (HISTEDOPR).
- ² O Estado unitário implica a existência de um único centro de poder no território, ou seja, somente um poder legislativo, executivo que abarcam a totalidade da nação.
- ³ A descentralização indica que existe um único centro de poder em âmbito nacional, no entanto, é admitido poderes locais com competências derivadas outorgadas pelo poder político.
- ⁴ A parte oriental é onde se localiza a capital Assunção, as maiores cidades, as poucas indústrias, as atividades comerciais e onde se estabelece 97, 5% da população. A região ocidental, conhecida como Chaco, abarca 246.925 quilometro quadrados, ou seja, 2/3 do território, caracterizando-se pela extensa planície, escassez de água e, conseqüentemente, vegetação e clima semidesértico e onde se fixam apenas 2,5% dos habitantes, entre estes, destaca-se os grupos dos menonitas, dos indígenas, dos pecuaristas e dos camponeses.
- ⁵ Segundo o Censo 2002, o guarani é a língua habitual de 59% (DGEEC, 2005a) dos domicílios e é falado por 86,7% dos paraguaios (o espanhol 69,7%).
- ⁶ A luta e os conflitos pela posse da terra permanecem invariáveis no Paraguai. No tempo presente centralizada entre o capitalismo agrário e o campesinato pobre. Assim, presume-se que as classes antagônicas fundamentais que se assentam no Paraguai se constituem pela burguesia agrária e pelo campesinato.

- ⁷ A sociedade paraguaia está lentamente sendo anexada por estrangeiros e pelo estabelecimento de modelos econômicos de crescimento e de rentabilidade definidos por ativos como a terra, os bosques, a água, as riquezas naturais, dentre outros setores.
- ⁸ O primeiro centro educativo dedicado exclusivamente às mulheres foi a casa de Órfãs aberta em 1604 criada pelo governador de Hernandarias e o bispo Martin Ignacio de Loyola. No entanto as mulheres que frequentavam esse centro não aprendiam a ler e escrever como os meninos.
- ⁹ A Guerra do Paraguai, também denominada de Guerra da Tríplice Aliança foi um conflito bélico entre Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai entre 1864 até 1870.
- ¹⁰ É possível evidenciar importantes disposições normativas e organizativas para a educação, tais como: a obrigatoriedade da educação comum, quando o Estado assume a responsabilidade da educação primária em substituição do município, a criação do conselho superior da educação, o surgimento da superintendência da educação pública e a elaboração de planos de estudos.
- ¹¹ Em 1904 estabeleceu-se a primeira reforma educacional de caráter parcial do país que se colocou em desenvolvimento a partir do Plano Franco que desejava, a priori, melhorar qualidade dos conteúdos. Esse procedimento reformador da educação priorizava um plano de estudos de bacharel, constituindo-se em seis anos de duração. Por conseguinte, em 1909, promulga-se a lei de educação obrigatória para as crianças de 7 a 14 anos, as quais estão sujeitas a receber educação primária em escolas oficiais, privadas ou em seu domicílio.
- ¹² Em meados de 1930, Paraguai e Bolívia eram os países mais pobres do continente americano, o primeiro, em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança e o segundo, em consequência da guerra do Pacífico. O Brasil, apoiado pela empresa estadunidense Standar Oil Of New Jersey do lado boliviano, e a Argentina amparada pelos ingleses da Royal Dutch Schell do lado paraguaio, iniciavam mais uma guerra: A Guerra do Chaco.
- ¹³ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.
- ¹⁴ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
- ¹⁵ Organização dos Estados Americanos.
- ¹⁶ Banco interamericano de desenvolvimento.
- ¹⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- ¹⁸ Os fundamentos da reforma de 1970, que integra a elaboração de um novo plano de estudos para o ensino primário e secundário estão registrados nas seguintes publicações: El Plan de desarrollo Educacional 1970-1980 e Innovaciones Educacionales.
- ¹⁹ Agencia para o Desenvolvimento Internacional.
- ²⁰ Para estabelecer a dominação dos países da América do Sul, durante a década de 1970 e 1980, o governo dos Estados Unidos elaborou o plano Condor que foi executado nas ditaduras militares em diferentes países da América do Sul.
- ²¹ As reformas estatais dos anos de 1990 se estabeleceram em consonância com as demandas de desenvolvimento das relações capitalistas. Tratava-se de uma iniciativa que objetivava resolver a crise econômica que se alastrava, principalmente, na América Latina. Neste prisma, era necessário remodelar o papel do Estado e transformá-lo em eficiente e moderno. Assim, as estruturas políticas, econômicas e sociais mediante reformas setoriais (agrárias, educativas, tributárias, eleitorais etc), foram reestruturadas.
- ²² Alfredo Stroessner esteve no governo do Paraguai no período da ditadura militar que durou de 1954 até 1989.
- ²³ O resultado desse trabalho foi difundido por meio de uma publicação com o seguinte título: Situación del sistema educativo en el Paraguay: sugerencias de política y estrategia de acción.

Recebido em: 14/07/2017

Aprovado em: 02/08/2017